

DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL E NEOLIBERALISMO: NOTAS A PARTIR DA OBRA DE NEIL SMITH¹

Guilherme Chaloⁱ

Mestrando em Planejamento
Urbano e Regional pelo IPPUR -
UFRJ

Resumo

O presente texto busca na teoria de Neil Smith uma interpretação sobre as raízes urbanas e os limites do neoliberalismo como forma política do atual momento da acumulação capitalista. O nosso objetivo com este texto é apresentar como a forma política do neoliberalismo se configura e como podemos refletir sobre esse processo a partir do seu trabalho. Através de sua principal obra teórica “Desenvolvimento desigual” (1988), mas também a partir dos apontamentos mais recentes em seu artigo “As cidades após o neoliberalismo? [2009]”, propomos reconstituir a sua abordagem sobre o neoliberalismo.

Palavras-chave: Desenvolvimento desigual, Crise estrutural, Neoliberalismo, Urbanismo Neoliberal, Neil Smith.

Abstract

The present text seeks in Neil Smith's theory an interpretation of the urban roots and limits of neoliberalism as a political form of the current moment of capitalist accumulation. Our objective with this text is to present how the political form of neoliberalism is configured and how we can reflect on this process from his work. Through his main theoretical work “Unequal development” (1988), but also from the most recent notes in his article “Cities after neoliberalism?” [2009], we propose to reconstitute his approach to neoliberalism.

Keywords: Uneven development, Structural crisis, Neoliberalism, Neoliberal Urbanism, Neil Smith.

ⁱ*Endereço institucional:* Av. Horácio Macedo, 2151 Cidade Universitária - Ilha do Fundão CEP: 21941-917 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Endereço eletrônico: guilherme-chalo@gmail.com

¹ Agradeço ao Professor Maurilio Botelho e Ariane Horta pela leitura crítica e atenta à primeira versão desse texto. E aos participantes que contribuíram para o debate no I Seminário Metropolização do Espaço e Cotidiano na PUC/RJ, onde este trabalho foi apresentado.

Introdução

A obra de Neil Smith é uma das principais interpretações da cidade e do urbanismo contemporâneo que, em conjunto com a de David Harvey, sistematizou a teoria do desenvolvimento desigual, ainda que este seja seu principal expoente. Por isto, acreditamos que a obra teórica de Neil Smith, *Uneven Development. Nature, Capital and the Production of Space* (1984), é uma das principais referências para a compreensão das transformações do capitalismo na virada do século. Pois consegue compreender as raízes urbanas do atual momento do desenvolvimento capitalista e como a produção do espaço urbano tem cada vez mais centralidade no processo de acumulação.

O trabalho do geógrafo escocês sobre a gentrificação, identificando-a como fenômeno urbano do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo, é fundamental para todos aqueles que se debruçam sobre a cidade contemporânea. O nosso objetivo com este texto é apresentar como a forma política do neoliberalismo se configura na obra de Neil Smith e como podemos refletir sobre esse processo a partir do seu trabalho sobre a gentrificação. Através de sua principal obra teórica, mas também a partir dos apontamentos mais recentes em seu artigo “As cidades após o neoliberalismo? [2009]”, propomos reconstituir a sua abordagem sobre o neoliberalismo.

A dinâmica de crise é um processo estrutural do capitalismo, para afastar as suas contradições tanto espaciais como temporalmente. O objetivo deste texto é buscar na obra de Neil Smith uma reflexão que ilumine a dinâmica do capitalismo e nos deixe compreender quais são os efeitos da crise estrutural do capitalismo na produção da cidade, principalmente buscando o fenômeno do neoliberalismo e seus impactos.

A obra de Neil Smith nos oferece uma importante reflexão sobre as transformações espaciais do capitalismo dos últimos anos, como também acreditamos que é importante para a compreensão sobre os caminhos que a gestão urbana vem trilhando nos últimos anos, pois “o neoliberalismo foi uma jornada longa, difícil e violenta para milhões, se não bilhões de pessoas pelo mundo”. Uma jornada na tentativa de superação das crises do capital, mas que significa o seu aprofundamento no

espaço urbano em todo o globo, revelando as contradições espaciais e as tendências contraditórias da lógica da mercadoria.

O geógrafo Neil Smith (1954-2012) é uma das referências para a geografia urbana de tradição crítica, seu trabalho é fundamental para a compreensão da dimensão geográfica do capitalismo contemporâneo, reflexão marcada em seu célebre livro *Desenvolvimento Desigual* (1988); obra que demonstra como o capitalismo em crise desenvolve uma geografia específica e mobiliza o ambiente construído das cidades como uma fuga na tentativa de valorização de capital.

Neil Smith, nascido em Leith, Escócia, no ano de 1954, geógrafo formado pela University of St. Andrews na Escócia (1977), com P.H.D na Johns Hopkins University (1982), figura como um dos principais intérpretes da cidade capitalista e do urbanismo do início do século XXI. Lecionou e foi professor visitante em diversas universidades ao redor do mundo, dentre elas Columbia University, Rutgers University e a City University of New York Graduate Center, onde foi diretor entre 2000 a 2008 do Center for Place, Culture and Politics, recebendo diversas honrarias e prêmios por sua reflexão.

Seu trabalho intelectual influencia diversas gerações de pesquisadores e movimentos sociais ao redor do mundo. Apesar de seu falecimento precoce no ano de 2012, aos 58 anos – sentido por uma grande comunidade que acompanhou a sua obra –, Neil Smith deixou um legado intelectual fundamental para a renovação crítica da Geografia e do pensamento sobre o urbano, materializado em diversos artigos e livros.

A obra do geógrafo escocês popularizou-se entre os estudiosos do urbano nos últimos anos principalmente devido aos seus estudos sobre o processo de gentrificação, tornando um dos seus principais intérpretes com o trabalho sobre a cidade de Nova York. No Brasil, sua reflexão foi debatida na tentativa de compreender os impactos dos megaeventos em várias capitais, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, palco do urbanismo olímpico na preparação para os Jogos de 2016.

Nos últimos anos, o debate sobre o processo de gentrificação pulou os muros da universidade, saiu do domínio dos estudiosos do urbano e dos movimentos sociais e passou a estampar capas de jornais e artigos dos mais diversos moldes. As mais

variadas ideias sobre a palavra gentrificação são trazidas para a compreensão de múltiplos quadros urbanos, tomadas por urbanistas eufóricos desse novo contexto aos críticos mais radicais dos caminhos que a cidade contemporânea vem trilhando. A palavra gentrificação hoje tem um significado polissêmico e criou um terreno de debate fértil, e a obra de Neil Smith pode nos ajudar a compreender suas raízes, renovar e lembrar o significado crítico do termo.

Sem sombra de dúvida sua obra é fundamental para a crítica deste fenômeno urbano, que segundo ele deixa de ser uma anomalia do mercado imobiliário dos países do capitalismo avançado e se torna uma estratégia de desenvolvimento urbano por todo o globo (SMITH, 2006), gerando impactos no acesso a moradia adequada, na saúde, na mobilidade e na economia em várias cidades do mundo. Portanto, sua reflexão sobre as transformações do mercado imobiliário da cidade contemporânea é uma importante ferramenta para todos aqueles que querem se debruçar sobre os principais problemas que assolam o espaço urbano hoje.

Mais do que um debate conceitual sobre o fenômeno da gentrificação buscamos com esse texto pensar as raízes e os impactos urbanos do neoliberalismo partindo da teoria do desenvolvimento geográfico desigual.

A teoria do desenvolvimento desigual

1. A produção da natureza

As bases da teoria do desenvolvimento desigual proposta em seu principal livro partem de uma ampla reflexão sobre as concepções de natureza que circulam na sociedade, principalmente a partir da aurora da modernidade, e como a lógica contraditória da mercadoria significou uma abstração fundamental diante da natureza. Essa abstração resultou em uma dicotomia, uma separação entre sujeito e objeto que acompanha todo o pensamento ocidental e produz práticas espaciais determinadas, o que o autor denominou ideologia da natureza.

É preciso deixar claro que a separação entre sujeito e objeto se transforma, na relação entre sociedade e natureza, num dualismo que ora a sociedade é sujeito que domina a natureza e ora é objeto (é movida pelas forças naturais internas). Ou seja, ora a sociedade é separada da natureza, ora é integrada.

Neil Smith pensou essa relação principalmente a partir da história e da cultura estadunidense. O debate sobre o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo é uma teoria geral, sem sombra de dúvida, mas seu trabalho parte e pensa empiricamente a produção do espaço a partir da realidade americana.

A ideia de uma natureza hostil e selvagem que necessita ser conquistada – civilizada – serviu como fundamento para a expansão territorial do capitalismo a partir da economia mercantil com o processo de colonização. Essa concepção de natureza legitimou a expansão territorial para o oeste e a tomada de territórios de povos tradicionais nos EUA. Assim como a natureza poética foi fundamental para legitimar uma ideia de nação, de espírito e liberdade americanos, ou seja, uma identidade cultural, a expansão para o oeste é fundamental para constituir uma cultura de fronteira, que subentende que há colonos e colonizados, um processo de formação territorial legitimado por uma ideia de civilização.

É fundamental pensarmos as configurações das nossas concepções de natureza, como naturalizamos alguns processos constituídos historicamente pela nossa forma social determinada pela mercadoria e como nossa concepção de natureza se transforma em ideologia², configurando diferentes formas espaciais, transformando-se em verdadeiras ideologias geográficas que produzem e reestruturam o espaço. Como o processo civilizador da expansão para o oeste americano se transforma em um processo da expansão do capitalismo no pós-guerra e como atualmente engendramos o mesmo fenômeno em áreas urbanas gentrificadas e de revitalizadas em cidades de todo o mundo.

Neil Smith parte do esforço marxiano de pensar uma concepção de natureza que supere o dualismo conceitual que o autor apresenta, ao mesmo tempo que critica uma certa tradição marxista que não consegue superar esse dualismo. Portanto, essa é uma das qualidades da obra de Smith: além de fazer um amplo debate sobre

² É primordial pensarmos as funções sociais por trás dos conceitos de natureza historicamente determinados, nas palavras de Neil Smith “A ideologia não é simplesmente um conjunto de ideias erradas da sociedade, mas sim um conjunto de ideias radicadas na experiência prática, embora seja a experiência prática de uma dada classe social que vê a realidade através de sua própria perspectiva e, ainda assim, de forma parcial. Embora seja, dessa forma, uma reflexão parcial da realidade, a classe tenta universalizar sua própria percepção de mundo (1988, p. 45)”.

as ideias em torno do conceito de natureza, enfrenta essa discussão dentro do campo marxista, criticando, atualizando e interrogando o pensamento de Marx.

Assim, Neil Smith fundamenta sua concepção a partir do método marxiano e apresenta sua ideia de produção da natureza a partir de três momentos abstratos, a produção em geral, a produção para troca e a produção capitalista, desenvolvendo seu pensamento em diferentes momentos e mostrando o que “se torna a natureza sobre as condições do capitalismo” (1988, p.69). Aqui vamos nos debruçar no último ponto.

Na aurora da modernidade, o capitalismo revoluciona a sociedade com a sua organização de forma mais complexa, baseada em uma divisão clara da sociedade em classes sociais, o trabalho “livre” dos meios de produção, uma divisão técnica na produção e relações familiares que são o núcleo da reprodução do capital. O Estado capitalista, presente fundamentalmente a partir das revoluções burguesas na Europa, torna-se ente fundamental para a reprodução ampliada da economia capitalista.

No capitalismo, a produção da natureza assume características universalizantes, configurando uma verdadeira unidade, a própria forma social capitalista, historicamente produzida, tende a assumir uma “forma” natural, como se formasse uma unidade com as leis naturais (a propriedade privada assume o mesmo estatuto da lei da gravidade).

a diferença entre gravidade e lei do valor não preocupa o que pode e o que não pode ser produzido desde que o efeito da gravidade possa ser facilmente oposto e alterado completamente, e resultados contrários obtidos, simplesmente pela identificação e aplicação social de outras leis da natureza. Nós fazemos isto todo tempo, nós fazemos uma aeronave voar, por exemplo. A distinção fundamental que precisa ser feita é, entretanto, entre o que pode e o que não pode ser destruído para ser substituído. Esta distinção é realizada no processo prático da história social, não como um processo de especulação filosófica. Olhando para o passado histórico, as indicações são de que a lei de gravidade não pode ser destruída, mas, entretanto, pode ser contrariada em sua forma atual, como operação socialmente determinada, contudo a lei do valor pode ser destruída (1988, p.99).

A produção capitalista historicamente tem sido produzida como uma lei natural produzida socialmente, onde as concepções sobre a natureza ocupam um lugar singular. Ao mesmo tempo em que a sociedade aparece como uma unidade natural,

a natureza assume a condição de um material a ser radicalmente modificado. O processo de produção capitalista em sua busca contínua e exponencial para se revalorizar e absorver excedentes de capital, coloca a natureza em um ponto fundamental deste processo: “A meta do capital é a produção na natureza na escala global e não somente um crescente manejo habilidoso sobre a natureza” (SMITH, 1988 p. 103).

2. A produção do espaço

Entretanto a produção da natureza não é só fenômeno da escala da produção de mercadorias, a produção da natureza é uma totalidade que extravasa o local da produção das mercadorias, portanto a natureza é produzida nem sempre como mercadoria, mas como consequência do processo de (re)produção do capital.

Neil Smith sintetiza esta ideia:

a mais completa e elaborada das produções humanas, o sistema capitalista, é, ao mesmo tempo, a mais anárquica. Assim como poluentes são produtos integrativos do processo de produção, embora não sejam seu objetivo imediato, a maior parte da produção da natureza não é a meta deliberada da produção. O processo de produção é quase deliberado, mas seu objetivo imediato, lucro, é considerado em termos do valor de troca, não valor de uso. Este tipo de controle é de importância vital, mas somente quando é considerado dentro do contexto. A primeira questão não é se ou em que extensão a natureza é controlada; esta é uma questão colocada na linguagem dicotômica da primeira e segunda naturezas, do domínio ou não domínio pré-capitalista sobre a natureza. A questão realmente é como produzimos a natureza e quem controla esta produção da natureza.

Assim a produção da natureza, de acordo com o debate proposto por Neil Smith, é a base e é resultado da produção do espaço na sociedade capitalista, que “pela primeira vez, as regras da sociedade podem ser a-espaciais, completamente separadas das considerações do espaço” (SMITH, 1988 p. 125). Ou seja a lógica dialética mercadoria já é um precedente para a produção do espaço em todo o globo.

A divisão do trabalho em atividade agrícola e atividade industrial, e a sua manifestação espacial na cidade e no campo, é a aparência eminente deste processo,

embora as próprias cidades sejam espacialmente fixas, as atividades que ocorrem dentro delas e as regras que comandam tais atividades sociais não são completamente fixas, espacialmente. Elas podem ser generalizadas de uma cidade para outra ou, por outro lado, a mesma cidade em períodos históricos diferentes pode exercer atividades completamente diferentes e operar sob regras soci-

ais completamente distintas. Há aqui o gérmen de uma contradição. Com o objetivo de deitar raízes espaciais permanentes, isto é, obter definição territorial fixa, as sociedades primitivas devem desenvolver-se ao ponto em que possam começar a se libertar do espaço (SMITH, 1988 p.125)

E a forma do Estado é a “real abstração social da natureza, a mais oportuna parte social da segunda natureza, embora seja manifestadamente territorial em sua jurisdição” (SMITH, 1988 p. 126).

Em um primeiro momento, a configuração dos Estados tem uma dimensão espacial clara, na formação de territórios delimitados e armados para a proteção e etc., entretanto uma contradição importante aparece.

O Estado pode justificar e definir sua autoridade sobre a sociedade somente através de princípios abstratos de intercâmbio social, tais como democracia, liberdade, direito moral etc. Tais princípios são os próprios produtos das sociedades de classe particulares. Assim, enquanto os Estados particulares podem ter uma base territorial distinta e limitada, os princípios sociais fundamentais subjacentes a tais Estados são totalmente móveis. Um determinado Estado e a sociedade à qual ele pertence encontram-se, portanto, mais radicados espacialmente do que nunca e simultaneamente mais móveis. Armado com seus princípios políticos e econômicos, produto da abstração filosófica, o Estado pode expandir-se em um novo território ou pode se retrair; ele até mesmo pode se realocar totalmente. Evidentemente, o Estado com grandes ambições também deve estar munido de coisas mais concretas — armas, alimentos e meios de transporte — e isto depende do nível de desenvolvimento econômico. Mas a questão é óbvia. Os primeiros indícios de uma concepção a-espacial da sociedade, uma segunda natureza a-espacial abstrata (espaço social), torna-se possível com a definição espacial explícita de Estado.

E em um determinado momento histórico do desenvolvimento das sociedades tradicionais para o moderno Estado Nação, o espaço é uma barreira para o crescimento econômico. “Coordenação das funções econômicas foi alcançada, substituindo a indissociabilidade básica da sociedade do lugar pela escala geográfica mais ampla do Estado absoluto e, então, pelo moderno Estado-nação” (SACK, 1980 p.184 apud SMITH, 1988 p. 127).

E essa contradição se expande por todo o globo no século XX, a expansão dos mercados é uma saída para o capitalismo em crise e este desenvolvimento é um desenvolvimento espacial, entretanto o espaço se torna cada vez mais homogêneo

o espaço se torna cada vez mais irrelevante para o intercâmbio social. À medida em que as relações econômicas, tecnológicas, políticas e culturais se desenvolvem e se expandem, a base institucional para manipular as relações também torna-se mais complexa e perde, progressivamente, qualquer definição espacial intrínseca. Contudo, quanto mais a sociedade se liberta do espaço, mais o espaço pode ser transformado numa mercadoria, no seu sentido mais estrito (STMIH, 1988 p.127)

O espaço como mercadoria é mais um passo de Neil Smith para a construção da sua teoria para a produção do espaço e uma ideia fundamental para a sua teoria do desenvolvimento desigual do capitalismo. No capitalismo, a contradição original da mercadoria entre valor de uso e valor de troca se espacializa, a produção do espaço na teoria do desenvolvimento geográfico desigual é a tentativa do capital se ajustar às próprias contradições estruturais.

A teoria do desenvolvimento geográfico desigual é a expressão da própria contradição entre a concretude e a abstração do espaço e as tendências dessas duas lógicas do capitalismo. Nos últimos anos, a produção do espaço tem tido cada vez mais centralidade no desenvolvimento do capitalismo, agora não mais com o movimento de expansão absoluta dos mercados e do trabalho abstrato, mas sim “através da diferenciação interna do espaço global, isto é, através da produção de espaços absolutos diferenciados dentro do contexto mais amplo do espaço relativo” (SMITH, 1988 p. 136).

Quando antes o capital afastava as crises de superacumulação com a expansão absoluta de capital, através de vários mecanismos - muitos deles marcados por profunda violência - as contradições da forma mercadoria são afastadas para a periferia do sistema mundial. Agora,

quando o desenvolvimento econômico se volta para dentro, rumo à diferenciação interna profunda do espaço geográfico, a dimensão espacial da contradição não se torna apenas aparente; torna-se mais real quando o espaço é atraído para perto do núcleo do capital. Do mesmo modo, as crises desenvolvidas no sistema geral da produção capitalista têm-se manifestado cada vez mais diretamente (e visivelmente) na geografia do capitalismo (SMITH, 1988 p.137).

Esse desenvolvimento que Neil Smith alerta tem cada vez mais relação com o desenvolvimento urbano no mundo todo. Nos últimos 40 anos as cidades passaram a exercer um papel cada vez mais central na economia capitalista, desenvolvendo novas formas de (re)produção do capitalismo, promovendo novos arranjos no mundo do trabalho, políticos e culturais. O que a crítica social comumente chamou de movimento de globalização, no final do século XX, é mais um fenômeno do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo.

A universalização da forma mercadoria a partir da produção do espaço, nos indica duas tendências que Neil Smith aborda na sua teoria do desenvolvimento desigual. Pois a universalização do trabalho abstrato e das forças produtivas do capital, ao mesmo tempo que representa uma tendência à igualização em todo globo, também universaliza as contradições da lógica da mercadoria por todo o globo, apresentando uma tendência à diferenciação. O Neoliberalismo é a forma política contemporânea desse processo.

Este novo padrão de desenvolvimento do capitalismo faz com que o capital transforme cada vez mais o espaço para buscar novas formas de acumulação, pois onde antes o capitalismo conseguia expandir suas fronteiras para novos mercados, como ocorreu por todo o século XIX e XX, agora com a produção globalizada a concorrência do mercado global está em todos os lugares, impossibilitando a expansão externa como solução para as crises de superacumulação de capital.

Nunca foi tão presente no capitalismo o movimento de (re)estruturação espacial para criar, recriar e produzir novos espaços de acumulação; a necessidade crescente de novos ajustes espaciais para afastar a crise e as contradições e perpetuar a expansão de novos ciclos de desenvolvimento, exige um constante investimento em capital fixo no ambiente construído das cidades (BOTELHO, 2013). “O ritmo histórico do investimento no ambiente construído forja padrões geográficos específicos que, por sua vez, influenciam fortemente o programa de acumulação do capital (SMITH, 1988 p.182)”.

A crise do capitalismo persiste e a possibilidade que o capital e as economias nacionais encontram para absorver o excedente de capital é o investimento no espa-

ço urbano, o investimento em capital fixo nas cidades. A cidade fábrica dá lugar à “cidade – imagem, a ser refeita, reembalada e relançada” (ARANTES, 2013 p.7). “É neste contexto, isto é, em relação à reestruturação de economias através da crise, em preparação para uma nova fase de expansão, que a divisão particular de trabalho tem sua mais destacada expressão geográfica” (SMITH, 1988 p.186).

Neste sentido, é importante deixar claro da impossibilidade de expansão externa nesse momento. A questão que fica é, como não há mais possibilidade de expansão externa existe a possibilidade de expansão interna? Em um mundo envolto pelo neoliberalismo? Qual é o seu papel no atual momento do capitalismo e quais são os seus limites? A teoria do desenvolvimento geográfico desigual pode nos ajudar a compreender essas questões.

Neoliberalismo e a reflexão de Neil smith – morto, mas dominante.

A obra de Neil Smith sobre as raízes e os limites do neoliberalismo é vasta e percorre uma gama de temáticas que não temos espaço para tratar aqui, o que queremos salientar é como o autor identifica o neoliberalismo e seus efeitos – principalmente no espaço urbano – ao redor do globo, partindo principalmente do texto, “As cidades após o neoliberalismo (2017)”.

A crise do subprime de 2007 significou um momento de crítica ao paradigma neoliberal e de alguma maneira significou o “fim” do neoliberalismo como forma dominante de pensamento sem críticas no centro do capitalismo mundial³. É importante notar que as cidades exerceram um papel central nessa crise, afinal foi uma crise produzida no mercado de moradia, através das hipotecas nos EUA e os grandes centros urbanos em todo mundo sentiram os impactos desse fenômeno (HARVEY, 2010; ROLNIK, 2015).

Para refletir os impactos do neoliberalismo na vida das cidades, Neil Smith parte da tentativa de pensar sobre a “sua história, substância e conflitos” e

³ Até mesmo a revista trimestral do Fundo Monetário Internacional Finance & Development publicou um texto, assinado por três membros do setor de pesquisa: o vice-diretor Jonathan D. Ostry, o chefe de divisão Prakash Loungani e o economista Davide Furceri, criticando o neoliberalismo com forma dominante de pensamento econômico e são taxativos “Em vez de oferecer crescimento, algumas políticas neoliberais aumentaram a desigualdade, comprometendo expansão”. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm>

aponta três pilares do neoliberalismo: o livre mercado como via única para a integração social; a desregulamentação das funções do Estado e a quebra do projeto keynesiano de estado de bem estar social; a santidade da propriedade privada com a progressiva privatização de recursos públicos e sociais (SMITH, 2017 p.90). Esses pilares construíram um contexto de financeirização da vida cotidiana.

Desde o começo da crise econômica é igualmente inegável que os três dogmas do neoliberalismo foram amplamente anulados. Em primeiro lugar, o colapso do subprime e a consequente crise nos mercados de habitação ao redor do mundo golpearam o coração do regime de propriedade privada do neoliberalismo, cortando o nexo entre finanças e propriedade do capital; os ativistas de muitas cidades ocuparam propriedades abandonadas, enquanto os funcionários responsáveis do Estado e até mesmo instituições financeiras se recusaram a expulsá-los. Em segundo lugar, ainda que muitos serviços tenham sido cortados, alguns governos nacionais e locais foram forçados a reinvestir em moradia, desemprego e em outros benefícios sociais. Em terceiro lugar, o Estado tem promovido intervenções em várias economias, efetivamente nacionalizando bancos e algumas das maiores corporações industriais em diversos países onde a ideologia do neoliberalismo foi sacrossanta. Nos Estados Unidos, onde a crise começou, vários bancos foram efetivamente nacionalizados assim como duas das maiores companhias de automóveis. Em um determinado momento, o governo dos EUA, por meio de estímulos e planos de resgate, possuiu 79,9% da General Motors, uma das maiores corporações capitalistas; em junho de 2009, apenas 10% da General Motors era propriedade privada. Enquanto isso, com a campanha “Buy American”, o protecionismo começou a reflorescer nos Estados Unidos e em outros lugares. Eficazes ou não, os planos de estímulo do Reino Unido até a China e EUA envolveram vários níveis de investimento no estilo keynesiano em infraestrutura e suporte social (SMITH, 2017 p.91).

As contradições que a crise de 2007 trouxeram à tona nos demonstram a fragilidade do projeto neoliberal, o contexto de crise do neoliberalismo não se inicia em 2007 e nos remete a pelo menos uma década atrás. Neil Smith aponta pelo menos cinco fatores para esse contexto: 1) a crise econômica asiática de 1999 expõe o neoliberalismo e suas contradições no plano econômico, 2) na América Latina surgem governos de oposição ao projeto neoliberal que promoveu outros valores de desenvolvimento econômico, nem sempre em compasso com Washington, 3) surgiu um forte movimento antiglobalização que também expôs as contradições do projeto neoliberal -- “ainda que logo tenha se fragmentado, esse movimento merece um crédito considerável por traduzir a acusação ao neoliberalismo em um desafio

aberto” (SMITH, 2017 p.92), 4) a guerra do Iraque liderada pelos EUA e Grã Bretanha foi uma profunda ferida diplomática que o governo Bush construiu 5) a crise do subprime, que conferiu um grande golpe no projeto neoliberal e significou uma depressão que impactou mercados em todo o globo.

Esse complexo contexto que acabamos de traduzir em poucas linhas, sem dúvida significou um golpe no projeto neoliberal, o pensamento neoliberal pode não ser mais um pensamento estritamente dominante em todo o mundo, entretanto,

o neoliberalismo está certamente em um estado de atrofia, mas seu poder econômico e militar perdura. Ele deixou para trás, e continua produzindo, um rastro de destruição humana, tanto nos barracos e favelas do mundo, como no meio ambiente, ou então nas pessoas despojadas por razões de classe, gênero, raça, nacionalidade ou por pertencerem a um povo indígena. (SMITH, 2017 p.93).

Tomando a reflexão de Habermas, como exemplo, Neil Smith conclui que o “neoliberalismo está morto, mas dominante”.

Portanto, o neoliberalismo como morto vivo tem no espaço urbano o *locus* da sua reprodução como também os limites estruturais do seu desenvolvimento; o urbanismo dos últimos anos é o centro do neoliberalismo e aí são produzidos seus principais impactos -- “as regiões urbanas são plataformas de produção crescentes para a economia global” (SMITH, 2017 p. 95), ao mesmo tempo em que a reestruturação urbana e o investimento no ambiente construído das cidades são uma nova forma de produção do espaço urbano.

Por outro lado, não é por acaso que a crise econômica global, a partir de 2007, foi impulsionada por uma crise das hipotecas subprime nos Estados Unidos. Nisso foi bem diferente da Grande Depressão da década de 1930, que começou como uma crise inteiramente financeira. A crise desta vez deixou exposta a extensão sem precedentes de como a promoção imobiliária vem se integrando à esfera do capital financeiro e vice-versa (SMITH, 2017 p.97).

Não nos resta dúvida que a cidade é a grande fronteira do desenvolvimento do capitalismo nos últimos anos para afastar suas crises e o neoliberalismo foi e é a forma política desse processo; os impactos deste fenômeno não têm precedentes na

geografia histórica do capitalismo, o urbanismo neoliberal é um momento *sui generis* e ainda estamos experimentando a caminhada desse “morto vivo”.

Cada vez mais temos experienciado a crise urbana, a crise urbana em sua forma sistêmica em todo o globo. Neil Smith (2017) busca identificar alguns impactos desse fenômeno no espaço urbano, elencando algumas dimensões que o capitalismo neoliberal dos últimos anos engendrou.

O boom urbano dos últimos anos é talvez o fenômeno mais claro desse processo, desde 2005 mais da metade da população mundial vive em grandes centros urbanos ao redor do globo, essa rodada de crescimento principalmente em regiões da Ásia, da África e da América do Sul impactou o mercado imobiliário como uma explosão sem precedentes, com formas marcadas pela financeirização da moradia e da cidade como um todo.

Outro exemplo da crise urbana que se conecta com o crescimento urbano é a transformação da lógica informal da cidade, a globalização e o neoliberalismo geraram um contexto de financeirização da vida cotidiana,

os acordos comerciais multi-estatais e outras instituições estatais globais e nacionais, transformou o setor informal, ainda que muitos pequenos empreendedores tenham lutado para “formalizar” suas atividades. Frequentemente com apoio material ou tácito de organizações específicas municipais, nacionais, globais ou de Organizações Não-Governamentais (ONGs) – subsídios estatais, programas de empréstimos em pequena escala, esquemas de microcrédito, provisão de infraestruturas e outros programas, muitas vezes fomentadas pela corrupção de uma economia crescentemente privatizada –, isso levou a uma indefinição muito mais incisiva dos limites entre os setores formais e informais. Para se ter um claro exemplo: se uma mulher ou grupo de mulheres estiver trabalhando em uma aldeia nos arredores de Hanoi, fazendo roupas em casa ou em um barracão fabril, e enviá-los regularmente e diretamente para um grande distribuidor multinacional na cidade, que vende as roupas para o Walmart, elas estão trabalhando no setor formal ou informal?(SMITH, 2017 p.99).

Essa transformação da vida foi construída em um contexto de competição global entre centros urbanos em uma corrida global pela busca da competitividade, onde ataca-se direitos básicos de reprodução social com saneamento, habitação, trabalho, transporte etc. -- “o acesso a todas as necessidades da vida diária foi cres-

centemente suprimido para milhões de pessoas sob o regime neoliberal” (SMITH, p.100).

Um outro aspecto que Neil Smith aponta nessa cidade do urbanismo neoliberal, é a militarização da cidade,

comunidades fechadas, enclaves e loteamentos para os ricos, juntamente com a florescente segurança privada e transporte, são a norma para mais e mais “urbanitas” ricos; reforço na polícia patrulhando o espaço público, vigilância, contenção e a militarização do policiamento onde antes não estava militarizado são as novas normas para muitos dos pobres. Estes são obviamente os sinais geográficos de uma incisiva realidade social, a saber: os níveis de desigualdade entre os ricos e os pobres têm se expandido dramaticamente nas últimas duas ou três décadas. Isto não é verdade apenas na América do Sul e nos Estados Unidos, onde os índices de desigualdade já são altos desde os anos 70, mas ainda mais na Índia e ainda em Estados como a China e a Rússia, que renunciaram a um socialismo nominal por um capitalismo neoliberal (SMITH, p.101).

Todas essas mudanças foram acompanhadas por profundas transformações ambientais, onde esse contexto urbano tem uma relação direta com a saúde de populações vulneráveis em todo o mundo. A produção global das grandes cidades, sustentada pelo modo de vida urbano produziu um grande passivo ambiental que ainda estamos vivendo os seus impactos. Em uma sociedade que produziu uma grande desigualdade especializada nas grandes cidades, deixa claro quais são os grupos que mais sofrem com impactos ambientais extremos, como por exemplo, populações que vivem em áreas de risco. A favelização global como aponta Mike Davis (2006) é um processo em curso.

Considerações Finais

Como apontamos o neoliberalismo não projeta nenhuma forma para o futuro os anseios mais humanos e representa um projeto de sociedade em crise que persiste como forma política dominante, caminha como um “morto vivo” e tenta se renovar em novos expedientes como o empreendedorismo levado às últimas consequências como se a troca pelo mercado fosse inerente a natureza humana. A naturalização dos processos econômicos continua sendo a gramática do desenvolvimento desigual.

O que é importante ressaltar é que o neoliberalismo e o urbanismo neoliberal estão inscritos no centro da dialética do desenvolvimento desigual do capitalismo nos últimos anos, essa experiência é sentida de maneira desigual em todo o globo, o neoliberalismo encontra diferentes formações sociais e se desenvolve a partir delas. A crise urbana proveniente desse contexto se desenvolve de acordo com a luta política e a força das instituições em vários países do globo.

Centros urbanos de todo o mundo estão buscando formas de se diferenciar economicamente em uma escala de concorrência sem precedentes, a fronteira urbana agora não é mais o oeste americano é os centros urbanos e as populações pobres e vulnerabilizadas que nele residem. A gentrificação se transforma no fenômeno urbano em que o urbanismo neoliberal se manifesta, os centros urbanos são a “Nova Fronteira” para utilizar a expressão de Neil Smith.

Entretanto, a perspectiva é que “um neoliberalismo atrofiado –morto, mas dominante –amontoará o caos no topo da crise” (SMITH, 2017 p.102). Enquanto a crescente crise urbana que o urbanismo neoliberal produziu parece ser eminente os seus resultados políticos não, as cidades de todo o globo são arenas políticas, em vários lugares do mundo observamos descontentes com os caminhos que o desenvolvimento urbano vem trilhando ao longo dos últimos anos, no Brasil observamos as Jornadas de Junho de 2013.

“como entender claramente e se organizar em oposição ao caos iminente sem, ao mesmo tempo, provocar o pânico em nome de uma segurança que, ao transmitir um medo com muitas faces, age como uma poderosa forma de controle social; e sem, ao mesmo tempo, recorrer ao apocalipse e assim capitular diante desse medo. Esses lapsos – ceder ao pânico pela segurança ou recorrer ao discurso apocalíptico – teria o efeito de imobilizar qualquer oposição efetiva, seja por medo ou desesperança” (SMITH, 2017 p.105).

O desafio dos próximos anos já nos parece estar dado – um desafio interpretativo, mas também da vida prática e política na construção de novas utopias urbanas, porque o neoliberalismo já se deparou com seus limites, e sua crise – principalmente em sua face urbana – é o sinal da sua impossibilidade de ajuste espacial.

Referências Bibliográficas

- ARANTES, O. B. F. **Berlim e Barcelona, duas imagens estratégicas**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2013.
- BOTELHO, Maurilio Lima. Desenvolvimento, espaço e crise estrutural. Espaço e Economia: **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, v. 1, 2013.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006
- HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: Bidou-Zachariasen, Catherine (org.). **De volta à cidade**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.
- SMITH, Neil. As Cidades após o Neoliberalismo? **Revista Continentes**, n. 10, p. 88-107, jul. 2017. ISSN 2317-8825. Disponível em: <<http://www.revistacontinentes.com.br/continentes/index.php/continentes/article/view/123>>. Acesso em: 09 nov. 2017.
- SMITH, Neil ¿Ciudades después del neoliberalismo?. In: Smith, Neil; Rolnik, Raquel; Ross, Andrew; Davis, Mike. **Después del neoliberalismo: ciudades y caos sistémico**. Barcelona: Ed. Museu d'Art Contemporani de Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 2009.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.
- SMITH, Neil. Entrevista. **Boletim Campineiro de Geografia**. v.2, n.2, 2012.

Recebido em 14 fev. 2018

Aceito em 9 mar. 2018.